

Para onde vai a África?

Prólogo

Não se trata aqui de uma exposição académica. É a palavra de alguém que está quase imerso na vida concreta, mas que recusa a se afogar: uma reflexão a partir da vivência diária para contribuir para transformá-la.

Há um provérbio africano que diz: “Quando um cavalo tem demasiados palafreiros, arrisca-se a morrer de fome”. Ora, o número de médicos que se apressam para a cabeceira do continente doente aumenta paradoxalmente, numa altura em que se vê uma maior desobrigação em relação à África; é neste momento que se fala mais e que se constroem teorias sobre o direito e o dever de ingerência, que se parecem estranhamento com as ideologias do tempo do tráfico de negros e da conquista colonial.

Apesar da grande quantidade de reuniões, pesquisas e obras, não há uma verdadeira compreensão da África. O grande risco aqui são as imagens choque da televisão que ofendem por vezes a dignidade humana; é a confusão das sínteses que precedem muitas vezes a análise; tomam-se alguns efeitos pelas causas, alguns sintomas pela própria doença. Daí os múltiplos qualificativos muitas vezes pejorativos de que a África está vestida “avariada, esquarterada, rebentada”, etc. É o conhecimento de África que sofre de todos esses males.

É preciso ir-se às raízes da crise. E antes de mais, será que há mesmo crise? Não no sentido conjuntural e cíclico do termo, à semelhança de 1929. Não se deve fazer nenhum anacronismo como esses gerais cuja estratégia se inspira nos dados da guerra de ontem. Claro, há ainda acessos de febre devidos, por exemplo, a fluxos financeiros gigantescos de capitais especulativos que navegam a uma velocidade electrónica. A crise em África não é totalmente uma crise da África; mas uma crise do mundo ao qual a África está estruturalmente submetida pela sua própria extravasão, por vezes com a cumplicidade de muitos dos seus dirigentes.

Ora, essa crise não é apenas uma crise no sistema; é uma crise do sistema, uma crise de civilização e uma passagem para um

Joseph Ki-Zerbo
1922-2006

outro modo de produção comunicacional, com as mutações económicas, sociais, e mentais aferentes. Assim, a África está envolvida sobretudo em virtude da sua extravasão e dos efeitos induzidos por este abalo sobre o metabolismo de base das sociedades; por exemplo, quando as fibras ópticas substituem o cobre e alteram o crescimento de um determinado país africano, exportador de cobre. Do mesmo modo, a nível do Estado que em África é duplamente uma super-estrutura enquanto Estado e como Estado transplantado. Ainda do mesmo modo, a nível da educação que, demasiadas vezes, em vez de reproduzir a sociedade africana desenraíza a juventude para projectá-la para moldes exógenos. Se então a crise é estrutural e orgânica, isso implica que para se compreender a África é preciso necessariamente voltar no tempo para reparar a fonte do rio que corre debaixo dos nossos olhos. Compreender é ultrapassar a fotografia instantânea e plana, para ver o filme e explicar o processo. É aqui que intervem o valor metodológico da abordagem histórica. A história dos povos africanos é análoga à das outras sociedades. Mas ela apresenta diferenças de ritmo, de contexto ecológico e ideológico, que se inserem tanto nos genes como nos mitos. As particularidades aqui não são as do apartheid nem da exclusão, mas provêm das “determinações” ou influências singulares do espaço e do tempo. A história é um motor e uma bala; ficando claro que a bala de uns pode servir de motor para outros, tanto entre povos como dentro do mesmo povo.

Para além disso, o papel da abordagem histórica é apenas válido se se definir correctamente a História. A História não é o passado – é “o Homem no tempo” (Braudel) – o tempo tridimensional (passado, presente e projecção para o futuro).

Ora, a História da África negra tem um perfil singular. É a mais longa do mundo

enquanto berço da humanidade. Esta história seguiu um caminho globalmente ascendente até ao século XVI. Depôs é uma desaceleração até aos nossos dias por razões que não são metafísicas ou “raciais”; elas são concretamente identificáveis. Em vez de restituir a África num contexto pertinente no espaço (globalização) e no tempo (história) a abordagem plana e sem espessura dos flashes mediáticos provoca muitas vezes estereótipos subjectivos e irracionais.

A constatação

Posto isto, o diagnóstico do mal africano é geralmente aflitivo mas muitas vezes unilateral. Na arena internacional, a África é um peso ligeiro e um grande doente. Dos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD, destaca-se que quantitativa e qualitativamente em valor absoluto e relativo, as avaliações africanas são inquietantes, deploráveis ou catastróficas.

A *demografia* é um dos raros terrenos onde há um crescimento bastante sustentado (até 3%) com duplicação de 25 em 25 anos, ou seja, 1 bilião no 2003 mais ou menos.

A nível das partes do mercado mundial, e do valor mercantil das exportações, a África é comparável a Hong Kong com 1,5% do mercado mundial e em relação ao PNB ela é igual a um país europeu médio; o orçamento de um país sub-sahariano médio equivalente ao orçamento de uma cidade média da Europa. O mesmo em relação ao poder de compra de um africano que é 20 a 50 vezes inferior ao de um europeu. Um africano em cada dois está na pobreza e o número absoluto dos pobres vai triplicar em 15 anos, passando de 100 milhões em 1985 para 300 milhões no ano 2000.

A esperança de vida aproxima-se dos 52 anos, ou seja, 10 a 20 anos menos que no Norte. E com razão: em média, três (3) milhões por ano sucumbem à mortalidade infantil.

A *nível político*, observa-se uma contracultura da violência banhada por vezes com integralismo religioso. Zona de grandes pressões conflituais, o continente passou dos choques inter-Estados para os confrontos inter-Estados, para as guer-

ras civis e para genocídios programados por senhores da guerra (cerca de meia dúzia de conflitos permanentes, 15 milhões de refugiados africanos, ou seja, quase 50% do total mundial).

Em resumo, a África tem muitas vezes metade (50%) do peso da miséria do mundo: 10 a 15% da população mundial. Em 30 anos (de 1960 a 1990) estima-se em 7 milhões o número de pessoas que perderam a vida devido a conflitos, sem contar com os mutilados e inválidos para toda a vida, vítimas essencialmente civis.

A lógica da vontade de potência, do poder para a ter (e reciprocamente) leva a melhor quase sempre. As despesas militares são muitas vezes suicidárias cobrindo facilmente de 15 a 30% do orçamento nacional (contrabalançando ou ultrapassando as despesas sociais).

Os esforços da OUA para proteger os direitos humanos e autogerir as convulsões africanas pondo a funcionar novas instituições ou instrumentos jurídicos, esbarram com as forças centrífugas e dissidentes das estratégias micro-nacionais muitas vezes subordinadas aos interesses pessoais e aos das grandes “potências” locais ou extra-africanas.

Sem contar a impotência técnica e financeira para traduzir nos factos, por exemplo, em termos de logística, as resoluções hesitantes das múltiplas cimeiras de dirigentes muitas vezes dirigidos. Mas uma das crises mais graves do continente, se bem que mal conhecida e silenciosa, é a *desordem ambiental*. A natureza suporta a cultura. O património ecológico que condiciona qualquer progresso está em vias de erradicação. A floresta marfinense perdeu pelos menos 2/3 da sua capacidade desde o início do século. A fauna desaparece. Os recursos haliêuticos estão entregues a uma explosão desenfreada.

No entanto, o continente negro arrisca-se a servir de lixeira para todos os resíduos ou excesso rejeitados pelo Norte: veículos reformados, roupa em segunda mão, drogas e medicamentos fora do prazo, em resumo, tudo o que está à altura das modas desvalorizadas do continente.

Mas, ao se querer desfiar as infelicidades de África, ficaríamos diante de um muro das lamentações de um novo género. O primeiro remédio aqui também é a lucidez.

Problemas, falsos problemas e pseudo-soluções

Questão de método

Perante as provações de África, é grande a tentação de se procurar culpados e de preferência, mesmo um culpado.

A galeria dos denunciados já é longa: “o Norte, o Sul, as Transnacionais”, “a Burguesia compradora”, os dirigentes africanos, os intelectuais, os “primogénitos”, os jovens, a cultura e a “tradição africana”, as ideias e costumes “modernos”, etc.

Ora, procura um bode expiatório é quase sempre procurar um álibi. No entanto, recusar-se a procurar e designar responsáveis da situação actual, é também uma outra forma de álibi. É por isso que se trata menos de classificar “inimigos” individuais ou colectivos do que descobrir as ideias, os comportamentos, as políticas, as estratégias que debilitam ou assassina África; e inversamente, as estruturas que poderiam salvá-la.

É preciso assim repudiar os extremos ou os integristas dos dois campos: os desenvolvedores diplomados que se obstinam desde há décadas a estudar menos as doenças africanas e ainda menos os povos doentes do que a maneira como os seus remédios devem ser administrados imperativamente em África.

Mas outros sossegam a consciência rejeitando todos os problemas africanos para os estrangeiros, dos “imperialistas”, etc. A estas posições de facilidade e sem saída, pode-se opor as teses seguintes a desenvolver:

Em primeiro lugar, tudo está longe de ser negativo em África: há uma vontade feroz de viver, de viver na alegria e na solidariedade com os mais fracos, o que é um seguro de vida para todo o continente. Os grupos associativos, mutualistas, multiplicam-se e a ideia de contar antes de mais consigo próprio que é o B a BA do desenvolvimento impõe-se pela necessidade. A adopção de certas tecnologias adaptadas começou a revolucionar os domínios fundamentais da energia, dos transportes, da alimentação. As mulheres enfrentam magnificamente os desafios que se lhes impõem através de uma autogestão admirável, para a sobrevivência da família em caso de grandes problemas, como no tempo do apartheid sul-africano. Os jovens que lutaram nobremente pela democracia procuram um novo sopro para além do desemprego, apesar de 80% da pesquisa em África se fazer fora de África. A perícia técnica africana afirma-se com brilho em todos os domínios;

apesar de a matéria cinzenta africana (100 000 quadros) ser transvazada pelo exterior e substituída em África por peritos ou assessores estrangeiros; apesar de a preponderância continuar a ser dos economistas que imaginam que tudo é uma questão de gestão. Os povos africanos são geralmente tolerantes e pacíficos, virtudes eminentemente democráticas.

Os outros continentes podem dar-nos algumas lições mas devem evitar dar-nos demasiadas. A Europa em particular que se inspirou tanto em África para realizar a sua própria revolução industrial; que recebeu para além do imposto forçado, a participação obrigatória e voluntária da fina-flor da juventude negra nas guerras nacionais e de libertação das ditaduras. A Europa que foi durante quatro séculos a mestre do mundo, não pode hoje fazer de Pôncio Pilatos e lavar as mãos virando as costas à África. A Comissão para as Reparações da África criada pela OUA não tinha em vista nenhuma desforra (impossível!), nem antes de mais uma compensação financeira; mas o reconhecimento que com os genocídios e o tráfico de negros e a colonização, é o género humano no seu todo que foi ofendido por um crime contra a humanidade. Isso nunca foi oficialmente feito, salvo recentemente, individualmente e quase sub-repticiamente por algum dirigente do Norte.

A imagem de si e a imagem perante os outros

A partir da constatação do não arranque africano apreciado em termos puramente económicos, conclui-se demasiado depressa que o continente é inapto para o arranque (o take-off de Rostow), definido de resto, unilateralmente.

Quando a definição do objectivo estratégico final escapa aos interessados, só há lugar para a paranóia e a esquizofrenia. A consciência de si é obscura e infeliz. Esta imagem colectiva é “rasgada” a nível social por desigualdades cada vez maiores mas estéreis, por que não dinamizantes. A pauperização desenvolve-se sem luta de classes real. Esta imagem é ressoada também pela não consciência de si atrás nos tempos, e no espaço (ignorância do lugar de África na fisiologia do mundo – relação de forças) ... Esta é imagem é ressoada, finalmente, a nível sociocultural, com a dissecação dos grupos étnicos pelas fronteiras. A identidade antiga perde-se, enquanto que a nova, a do Estado-Nação, continua a ser embrionária¹.

Portanto, o verdadeiro desenvolvimento que consiste a partir de si mesmo é inibido. O olhar dos outros desencadeia em muitos africanos complexos paralisantes, e essa falta de segurança inicia o círculo vicioso do “subdesenvolvimento”. Pois a confiança em si é o primeiro passo do desenvolvimento; é o capital mais precioso, a energia autónoma sempre renovável.

Para indexar esta imagem viciada de África, citemos duas obras recentes:

“Sociedades primitivas, existem na América do Sul, na Nova Caledónia. A técnica pobre estagna desde talvez há milénios. O próprio conceito de ciência é desconhecido. Nenhuma protecção existe contra as calamidades e a doença. Nenhuma civilização, mas uma cultura do cérebro direito com rituais sancas rítmicas e ritos de passagem... Que seja preciso protegê-los e respeitá-los é uma evidência para muitos hoje! Mas como? E será preciso ajudá-los a avançar? Será desejável para o seu próprio equilíbrio? Será mesmo possível? Eles já produziram em termos de cultura o que podiam produzir, sem que o hemisfério esquerdo nisso participasse” (Israel 1955 : 285-286).

Onde se vê o paradigma Sul-Norte projectado no próprio cérebro na forma do cérebro direito (sulista) e do cérebro esquerdo (nortenho). As mulheres são estão agrupadas com os sulistas por necessidade da causa! Já século XIX, um autor assimilava os negros a uma “raça fêmea”. “Do mesmo modo que as mulheres, o negro está privado das faculdades políticas e científicas; ele nunca criou um grande Estado”.

Outro autor, as mesmas insanidades:

“Dado que o homem fracassou no seu esforço para controlar a demografia, porque não deixar actuar as calamidades naturais? A guerra, a fome, as cheias ou as epidemias encarregar-se-ão bem de eliminar alguns excedentes de população...; a SIDA está a tornar-se em África no principal corrector do crescimento demográfico”.

O mesmo autor recomenda, face à ameaça de invasão dos países do Sul, a mesma política que a Europa romana outrora face aos bárbaros – o limes romano, “por outras palavras, a fronteira que, separando a Europa do resto do mundo, estabelecia contra os bárbaros uma espécie de barreira magnética”. Prossegue: Os nossos

critérios económicos do desenvolvimento seriam no fundo bastante inadaptados para essas sociedades baseadas na predação e na circulação dos bens. O que nós chamamos de corrupção seria somente um dos aspectos desta economia sem produção. Contrariamente à Europa da pós-guerra, o Sul está cada vez mais fora da história...

Se o Norte, esse velho rico e egoísta, quer segurança, deverá renunciar a levar justiça para os países pobres (Rufin 1991a : 8 ; 1991b : 242). Afirmações extremistas. Ou até mesmo integristas ou terroristas. Mas que reflectem mais ou menos a tendência actual, no exacto momento em que o FMI aconselha a integração ao mercado mundial; e somente 50 anos depois de os africanos terem vindo em dezenas de milhar morrer nas frentes da segunda guerra mundial, para enterrar o racismo...

Este tipo de preconceito coloca mal os problemas demográficos de África tantas vezes desconectados do seu contexto geral, isolados de modo reducionista dos outros factores socioeconómicos, políticos e culturais; apresentados como a causa do subdesenvolvimento, enquanto que eles são muito mais o efeito do que a causa. Com efeito, a experiência histórica prova que a transição do crescimento demográfico para um perfil baixo se operou sempre depois de um aumento do nível de vida das populações. Sem pretender que o maior afrodisíaco é a miséria, o melhor contraceptivo é o desenvolvimento.

Seria portanto necessário atacar antes de mais a miséria, em vez de considerar o nível de consumo dos preservativos como um indicador de desenvolvimento! A mesma observação é válida para as migrações. Qualquer população é a resultante de imigrações e de emigrações. A Europa é impensável sem as deslocações massivas para a África e para as Américas. Os primeiros antepassados dos europeus são africanos (*Homo erectus*).

Mas a urbanização das pseudo-cidades africanas que sorvem a população rural sem industrialização compensadora coloca um problema ainda mais temível. E deve ser ligado à emigração africana para a Europa.

A bala económica (Mbaye 1977)

É neste domínio sobretudo que é preciso evitar as condenações unilaterais: pois os factores internos e externos interagem para provocar bloqueios ou declínios que

são os filhos naturais do sistema instalado, e não o resultado de negros complots contra a África.

Há revoluções internas prévias ainda não realizadas no continente. Elas são incontornáveis: pesquisa endógena; aplicação de tecnologias pertinentes; mutações na energia, nos transportes, na gestão da água, na alimentação, prioridade ao espírito científico e às instituições de saber, em particular na farmacologia, nas agro-indústrias, na comunicação (Silla 1994), nas indústrias culturais, nas biotecnologias (em que a África dispõe de trunfos e vantagens comparativas importantes), reforma agrária, constituição de um espaço económico viável, domínio de um sistema monetário autónomo, divisão inter-africana do trabalho, reequilíbrio dos papéis respectivos do Estado, do privado e da economia mista ou comunitária, promoção e auto-estruturação do imenso sector (popular)! Auto-ajustamento. Só a partir daí é que podem colocar-se correctamente os desafios vitais da colonização económica externa sofrida pela África desde o século XVI.

Esta dominação é a realidade permanente e invariável que se perpetua, enquanto que ondas de fórmulas ideológica, de estratégias, para não dizer de gadgets e de senhas na moda sucedem-se sem parar e beneficiam de financiamentos que, até aqui não mudaram nem o papel, nem o estatuto económico, político e moral de África. São as aventuras africanas, ideias euro-americanas do desenvolvimento: evangelhos de tal modo categóricos que roçam o feiticismo. “Eles têm que fazer como nós!” proclamava o presidente Reagan. De entre essas ideias, citemos “as etapas do crescimento”, a modernização, a teoria dos pólos motores que produziu os famosos “elefantes brancos” cuja raça não está extinta; a estratégia marxista da indústria pesada industrializante, o desenvolvimento autocentrado depois de desconexão, a boa governação, etc.

Hoje é quase o pensamento único do novo liberalismo que se estende na Economia-Mundo singularmente sob a palmatoada das instituições financeiras internacionais que operam agora independentemente das Nações Unidas com meios gigantescos.

Os programas de ajustamento estrutural têm a vantagem de trazer os Estados africanos para as duras realidades mascaradas pelos anos de dinheiro fácil e de con-

corrência com o Norte no quadro da guerra-fria (OUA-UNESCO 1994). O ajustamento é uma lei aritmética de gestão baseada num certo equilíbrio entre despesas e receitas. Mas o que falseia o jogo é que o ajustamento é praticamente imposto a todos os Estados africanos, carrega a marca de um molde exógeno idêntico: um sistema.

A tal ponto que os parlamentos são colocados perante dilema que se tornou banal: “Adoptar uma certa lei ou renunciar ao financiamento do banco – para ganhar divisas fortes – e para pagar as suas dívidas é preciso exportar; e para exportar é preciso investir e contrair empréstimos – quer dizer, continuar o endividamento...

As prioridades dos PAS estão consignadas no bloco (package) imposto e comportam a compressão das despesas públicas, as privatizações massivas, a redução das despesas sociais, as desvalorizações, a “verdade dos preços através da interdição de ‘subvenções’ para proteger o poder de compra, etc.

Esse tipo de ajustamento, um desenvolvimento com fórceps, é demasiado ajustado na medida em que está reduzido apenas aos equilíbrios agregados macroeconómicos, e não afecta necessariamente as estruturas internas e externas que geram os ditos desequilíbrios. Pois a dívida, o desequilíbrio da balança comercial ou de pagamentos, o défice do orçamento, etc., são menos causas da crise africana do que efeitos e sintomas de outros factores ainda mais fundamentais: declínio dos preços das matérias-primas, não industrialização estrutural desde a colonização (pacto colonial), gestão crapulosa de certos dirigentes, mentalidades nem sempre negativas, opostas ao projecto de sociedade imposto. É assim que se a dívida fosse abolida, ela arriscar-se-ia a renascer das suas cinzas no dia seguinte, em virtude das tendências pesadas que subtendem o sistema, geram as trocas desiguais e o fluxo líquido de capitais em proveito do Norte. De resto, a prova de que não se trata de leis naturais como se pretende é que as grandes potências não construíram a sua própria prosperidade a partir de leis como essas, mas pelo contrário (com protecção); e que as mesmas leis não se cansam ainda hoje de transgredir se o seu interesse assim o ditar (défice, políticas fiscais, etc.).

Os resultados em África continuam a ser dos mais ambíguos, e agravam as condições sócias com custos que se tornam

realmente sacrifícios humanos: agravamento pela erradicação das classes médias, ascensão de uma classe de novos-ricos enquanto que camadas massivas descem da pobreza para a miséria que é a ausência total de escolha. (No Burkina-faso 46% da população está abaixo do limiar da pobreza e 27% na miséria).

Em África os grupos mais afectados são os jovens e as mulheres. Estas vêm os seus encargos aumentados, enquanto que as suas desvantagens se agravam: saúde, escolaridade das crianças, apoio aos pais idosos, água, transporte, energia, não acesso à terra, ao crédito, aos cargos administrativos e políticos: as meninas são as primeiras rejeitadas do sistema escolar em caso de falta de dinheiro: por vezes estabelecem-se dois equilíbrios na família, comendo cada uma um dia em cada dois. Em resumo, estas categorias que apesar de tudo são as mais inventivas e industriais para ultrapassar as provações, são as primeiras a “saltar” e a cair; como os fusíveis de um sistema eléctrico. Poderia dizer-se que o processo de constituição de classes sociais que aconteceu na Europa do século XIX se produz actualmente (mas sem industrialização) em África; e a ajuda humanitária, longe de a atenuar pode agravá-la quando ela é desviada dos seus destinatários. Em todos os casos, a pauperização das massas deve analisar-se como uma amputação do poder de compra e da demanda solvível: por conseguinte, o bloqueio da economia mundial que provém em grande parte da pauperização do Sul inapto para jogar um papel de mercado rentável e assim de motor da produção, arrisca-se a reproduzir aqui o nível de cada país africano, conformemente às análises penetrantes e geniais de Keynes.

A economia da oferta, incluindo através das desmoralizações, deslocalizações e zonas francas, não é a grande solução.

Políticas

Em África a política deve ser definida e revalorizada: a começar pela autonomia da esfera política em relação à religião (integristas diversos).

Seria também preciso rejeitar a asserção de que o desenvolvimento (mas que desenvolvimento?) é um ponto prévio cronológico para a democracia – daí a fórmula assombrosa “Os africanos não estão maduros para a democracia!”. Mas, contrariamente à abordagem de muitos analistas externos, o mal africano não estará

curado pela fixação sobre a democracia no sentido restrito do termo, a saber as instituições como o multipartidarismo formal, uma constituição dos “poderes” legais, ou mesmo legítimos. É esta a vitrina que provoca os encorajamentos, ou mesmo, os aplausos de certos observadores ainda mais apressados do que neutros. Estes testemunhos credibilizam geralmente os regimes instalados que organizam todo o processo desde as comissões eleitorais, o código eleitoral, o estabelecimento das listas, das cartas eleitorais, até à gestão administrativa do escrutínio. A democracia é constituída pelas instituições mas também democratas, e finalmente, uma cultura social de tolerância e de respeito pelo direito vivido no dia a dia. Estes dois últimos elementos estão longe de estarem realizados em África: em particular, a noção de alternativa (e de alternância) e de oposição não é aceite e implementada por muitos dirigentes singularmente de origem militar.

Ora, depois de algum recuo dos países ricos que preferem em África a estabilidade à democracia, os golpes de estado ressurtem. O Banco Mundial e o Fundo Monetário acomodam-se de resto em tempo normal de orçamentos militares (ditos “da defesa”) pletórico (15 a 30%) e do tráfico de armas.

A recusa de facto da alternância (pouco frequente em África) significa o monopartidarismo de facto que aferrolha a permanência no poder, segundo uma fórmula que ouvi pronunciar: “O poder é feito para guardar o poder!”.

É por isso que o estatuto da oposição continua a ser um desafio muito grave para a democracia africana. Não se entende que a oposição é também necessária para a democracia como o poder: com, claro está, direitos imprescritíveis mas também deveres. Aqui colocam-se problemas muitas vezes não resolvidos da utilização equitativa dos média, do financiamento público dos partidos quase sempre ausente: o que faz com que a oposição vá muitas vezes às eleições com as mãos vazias perante um poder provido de meios gigantescos (dinheiro, cargos para distribuir, mercados públicos, parques de veículos públicos, etc.). Entre a luta de dois elefantes não há jogo possível.

A logística da democracia não está suficientemente estudada nos manuais de politologia!... E, apesar de tudo, sobretudo em África, ela faz a decisão.

“Não se aplaude gratuitamente”! Observava recentemente uma mulher da África ocidental. Sem meios para juntar os milhares de aldeias (8 a 10 000 por país) para falar às pessoas nas suas línguas, pois o analfabetismo é por vezes o caso da maioria da população (73% no Burkina-faso); só resta dizer, como um certo professor primário: “Hoje o pobre já não pode fazer política!”.

Para além disso, como escolher entre os boletins de dez partidos na penumbra de uma cabina de voto, quando se analfabeto e não só se dispõe das cores e símbolos para determinar?

Fica ainda o espinhoso problema das comissões eleitorais nacionais autónomas dificilmente aceites pelos poderes instalados, etc.

Apenas os democratas convictos e inovadores podem combinar justamente adopção e adaptação neste domínio.

Que fazer?

Ao lado da logística e dos meios; é preciso antes de mais o recurso aos valores que subtendem qualquer progresso humano. O filósofo Emmanuel Kant prescrevia que se tratasse qualquer ser humano de tal modo que ele fosse “sempre um fim e nunca um meio”.

Os ditados africanos: “O dinheiro é bom, mas o homem é melhor porque responde quando se chama”, “O velho vale mais do que o seu preço”, exprimem à sua maneira que nem tudo que está no mercado é da ordem dos meios e não dos fins.

Há toda uma cultura humana de opções e de princípios humanistas, ao lado de afirmações e de condutas negativas e perversas: tanto em matéria de direitos humanos, como para a filosofia política do estado de direito: “Não é o rei que tem a realeza; é a realeza que tem o rei”. Um rei não tem parente, nem amigo. O vizinho e o parente para brincar são-lhe mais próximos do que um parente de sangue.

“O louco é uma pessoa louca” “O homem é o remédio do homem”. “Se houvesse alguma coisa de positivo na violência, os cães teriam encontrado”. “O raio não cai em cima de um embaixador!”. Este último princípio de direito internacional consagrado em África é como em outros lados, a humanidade dos enviados plenipotenciários e era geralmente observado: seria necessário recuperar e reutilizar todos os princípios de vida que protegem e

promovem o colectivo humano em África: aqui intervém o falso dilema entre o universal e o particular, entre a modernidade e a tradição. O sociólogo J. Copan e o jurista-antropólogo E. Le Roy preconizam que cada sociedade forge a sua própria modernidade. Mas ela deve concretizar-se em grandes obras a definir (as pirâmides modernas). Essas obras tornarão visível a nova identidade africana que responde às questões primordiais: “Quem somos nós? Onde queremos ir? Por que caminhos?”. Ora, a única questão da mendicidade africana hoje é “Com que meios?”. O particular e o universal não são, com efeito, exclusivos, mas estão em ligação dialéctica. O universal não é a soma mecânica de todos os particulares; também não é um único particular imposto aos outros como universal; é a sinergia de tudo o que há de suculento em todos os particulares, e isso apesar das dominações ideológicas, económicas, políticas ou militares crónicas. Nem tudo o que vem do Norte não é moderno.

Nem tudo o que é local é tradicional. A ciência médica enriquece-se bem com o património africano da terapêutica. Os africanos sairão do imobilismo e dos desvios mórbidos de hoje; se eles sabem aplicar algumas prescrições fundamentais que são condições *sine qua non* da mudança positiva. Dado que a designação é o mal n.º 1 de África *a integração no tempo e no espaço continua a ser a principal solução*, a prioridade n.º 1. *No tempo*, trata-se de não se fixar no presente apenas: mas integrar o passado e o futuro através da consciência histórica. *No espaço*: é preciso constituir-se através da integração do espaço económico inter-africano e as novas coerências a substituir a desagregação actual. Fica o grande desafio da identidade: conhecer-se e fazer-se conhecer desenvolvendo com potência os sentimentos de pertença que se afastam do tribalismo e do micro-nacionalismo. Este último deve ser ultrapassado:

- por um lado, para baixo através da descentralização real; e
- por outro lado, para cima através da constituição de uma entidade sociopolítica com a dimensão das comunidades continentais do século XIX.

Isto supõe a constituição de cidadanias de várias etapas desde a da aldeia e da comuna, até à dos espaços sub-regionais: Norte Africano, Oeste Africano, Centro Africano, Este Africano, Sul Africano.

A identidade cidadã deve substituir pouco a pouco a impossível “etno-democracia”. Isso supõe, face ao Estado, que não deve ser um leviatão tropical, uma sociedade civil forte. A sociedade civil é o povo organizado e engajado num desenvolvimento endógeno definido como a passagem de si para si próprio a um nível superior através de trocas com os outros, e não como uma corrida olímpica de recuperação impossível: já alguma vez se viu vagões ultrapassarem a locomotiva? Isso supõe finalmente *uma dimensão pedagógica do progresso*: a formação permanente a todos os níveis e em todos os domínios. A África atravessou na sua longa história, provações mais graves do que a que vive neste momento: saharização, tráfico dos negros, epidemias terríveis. Mas este continente soube sempre ressaltar como diz o provérbio: “Quando tu deste um salto para o fogo, falta-te dar um outro salto”. É preciso procurar e encontrar vias alternativas (UNESCO-IAD 1996). É preciso conhecer a África dos africanos. É preciso ajudar os africanos a se conhecerem a si próprios através de uma pesquisa endógena aprofundada (OUA-UNESCO 1994), a defenderem-se eles próprios através de um sistema imunitário apropriado: senão, é a SIDA da personalidade africana.

O novo princípio da cooperação com a África deve ir, para além da famosa ajuda por vezes baptizada de humanitária, como se o outro não o fosse! É a parceria autêntica que assenta na co-responsabilidade, que supõe o conhecimento e o reconhecimento mútuo. Pois como se pode – ajudar alguém que não se conhece? Mas para se criar um animal é preciso conhecê-lo. Como ajudar alguém que não existe? *A grande prioridade para a África é pois constituir-se*. É ajudar África e se for necessário obrigá-la a constituir-se. É a única condicionalidade que se poderia impor, auto-impor à África para que ela não seja o eco tropicalizado da sua voz, da dos seus donos. To be or not to be.

Para não se apreender e forjar o desenvolvimento africano por procuração, a questão central dos parceiros do desenvolvimento deve sempre ser: Onde está o povo africano? Pois diz-se: “Não se pode pentear alguém na sua ausência”.

Nota

2. O Estado africano coloca muitos problemas. A nação ainda mais: sobretudo na hora da CNN, da Internet e das antenas parabólicas

em que a grande quantidade das vozes impõem aos africanos o que eles devem pensar eles próprios. O não-alinhamento está excluído.

Refêrencias

- Israel, L., 1995, *Cerveau droit, cerveau gauche, culture et civilisations*, Paris : Plon.
- Mbaye, S., 1997, « Fausse embellie économique en Afrique subsaharienne », *Le Monde diplomatique*, juin.
- OUA-UNESCO, 1994, *Les Industries culturelles pour le développement de l'Afrique. Le plan d'action de Dakar* en commission mondiale de la culture et du développement, Yamoussokro, juillet. Le droit de se connaître soi-même et d'être connu devrait être inscrit parmi les droits humains fondamentaux.
- Rufin, J.-C., 1991a, *Paris Match*, Paris N. 11. 252204-14 au 22 août , p. 8.
- Rufin, J.-C., 1991b, *L'Empire et les Nouveaux Barbares. Rupture Nord-Sud*, Paris : Éditions J. C. Lattès.
- Silla, M., 1994 , *Le Paria du village planétaire ou l'Afrique à l'heure de la télévision mondiale*, Dakar : NEAS.
- UNESCO-IAD, 1996, *État, Démocratie, Sociétés et Culture en Afrique*, Dakar : Éditions Démocraties africaines.